RISCO FISCAL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A DINÂMICA das contas públicas brasileiras ao longo do tempo começa a despontar novamente como um fator de risco para a economia. Desde 2014, o resultado primário do governo central (que não inclui as despesas de juros da dívida pública) passou a ser deficitário. Os aumentos dos gastos do Governo para fazer frente aos efeitos da pandemia elevaram ainda mais o déficit público, que pode atingir 11% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021. Com esse resultado, a dívida pública saltaria para mais de 90% do PIB no encerramento deste ano.

Embora seja legítimo que os gastos do Governo aumentem neste momento, a dinâmica futura das suas contas enseja preocupações. Isso decorre do fato de que a trajetória das contas públicas brasileiras já apresentava evidentes sinais de deterioração ao longo do tempo.

De fato, desde o final da década de 1990 e o começo da década seguinte, o governo federal trabalhou no sentido de construir bons resultados primários, registrando superávits expressivos. Esse processo deu-se, basicamente, por meio do aumento da carga tributária brasileira e sem que nada de mais efetivo fosse feito para conter o crescimento dos gastos públicos. De qualquer forma, esses resultados sinalizaram um compromisso do Governo com uma política fiscal responsável naquele período, que garantiria a sustentabilidade da dívida pública brasileira. Essas ações diminuíram consideravelmente o risco da economia brasileira, e o superávit primário representou, ao longo da década de 2000, um dos pilares macroeconômicos da economia brasileira, junto ao regime de metas para inflação e ao regime de taxa de câmbio flutuante.

Ao longo dessa década, esse resultado foi progressivamente erodido pelo paulatino aumento dos gastos públicos. Na década de 2010, o superávit primário minguou ante a irresponsabilidade fiscal praticada durante os anos do governo Dilma. Como consequência disso, o resultado se tornou deficitário em meados da década passada, com uma explícita trajetória de deterioração para os anos seguintes.

O governo Temer iniciou um processo de ajuste fiscal, passando a praticar uma política fiscal relativamente contracionista no seu curto período de existência. No entanto, o legado do descaso fiscal praticado por anos a fio levou a um profundo desajuste estrutural nas contas públicas.

Por conta disso, o governo Bolsonaro colocou como prioridade inicial a reforma da previdência. Esse ajuste se tornou essencial em um sistema em franca deterioração e com perspectivas de piora nos próximos anos. A reforma realizada em 2019 resolveu apenas parte do problema do sistema previdenciário. O déficit ainda permanece, mesmo que a sua trajetória de deterioração tenha sido atenuada. Essa problemática é magnificada em um contexto de envelhecimento da população brasileira e redução da taxa de fecundidade ao longo das últimas décadas.

Como resultado da deterioração fiscal, a dívida pública aumentou significativamente ao longo dos últimos anos e, por conta do aumento de gastos neste ano para lidar com os efeitos da pandemia, aumentará ainda mais em 2020.

Dado esse contexto, a questão fiscal brasileira voltou a ser colocada na pauta das preocupações dos investidores e dos economistas. A percepção de uma deterioração das contas públicas brasileiras nos próximos anos caso nada seja feito aumentou a percepção de risco sobre a



sustentabilidade da trajetória da dívida pública brasileira.

Os primeiros movimentos do governo Bolsonaro não foram dos mais felizes no sentido de tentar reverter esse quadro. As sinalizações para a tentativa de recriar um imposto similar à CPMF foram muito mal recebidas pela sociedade e pelo Congresso. Ao que tudo indica, não haverá muito espaço para a recriação de um tributo dessa natureza no curto prazo, o que dificulta a saída pelo lado do aumento de impostos.

Essa problemática recoloca no eixo central das discussões a necessidade de um ajuste fiscal mais efetivo pelo lado dos gastos públicos (algo que não foi feito de fato desde a implementação do real, em junho de 1994). É pouco provável que isso seja levado adiante no governo Bolsonaro: a reforma administrativa, que apontaria nessa direção, deveria ter sido colocada em pauta logo na sequência da aprovação da reforma previdenciária. Esse *timing* foi perdido, e a pandemia jogou por terra qualquer possibilidade de isso ser continuado neste ano. Em 2021, o governo Bolsonaro já terá cumprido mais da metade do seu mandato, e a tendência, a exemplo do que ocorreu em governos anteriores, é que esse governo não tenha forças políticas para levar adiante uma reforma dessa natureza no ano que vem. ■



SHUTTERSTOCK